

# HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL

## Novas perspectivas de moradia

**SILVEIRA, PAULO.**

1. Centro Universitário de Belo Horizonte. TFG I  
Belo Horizonte, MG  
paulo.csilveira@yahoo.com.br

### RESUMO

O objetivo deste artigo é mostrar a implantação atual da habitação de interesse social em nosso país. Em primeiro lugar, partiremos da era Getúlio Vargas, quando surgiu o tema da habitação social, que foi a primeira habitação coletiva. Após esse período, novas instâncias habitacionais foram construídas, renovadas e novos estilos de vida foram descobertos até chegarmos aos dias de hoje. O objetivo da criação de habitação social é reexaminar as pessoas carentes ou moradores de rua pouco conhecidas da sociedade. Esta nova visão social de garantia do direito à moradia, embora seja um tema amplamente discutido, raramente é vista na prática, e propor uma nova forma de habitação a preços acessíveis para o público de que estou tratando faz parte da intervenção social.

Atualmente, a questão da habitação social tem sido amplamente discutida no Brasil. Nos últimos anos, esse tema foi fortemente influenciado pelo Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Portanto, recomenda-se refletir sobre o tema a partir do uso da história cultural por meio de discursos e depoimentos, materiais publicitários oficiais, imagens e gráficos. Vale destacar que, como ferramenta, a habitação social vai muito além do interesse em solucionar os problemas habitacionais, mas é uma ferramenta de marketing do governo. Ao mesmo tempo, ao contrário do que defende o discurso das políticas públicas, o direito e as garantias à moradia não parecem ser respeitados.

**Palavras-chave:** moradia, social, habitação.

# 1 Introdução

## O que é o tema?

O tema se trata de uma habitação de uso social para pessoas em situação de rua e pessoas que não têm aonde morar. Esse tema aborda desde pessoas que estão em situação de rua, até pessoas de classe baixa que não possuem uma moradia fixa, ou estão perto de serem desabrigadas, ou por algum outro fator, que veremos no decorrer dos estudos, que levaram as pessoas a não terem uma moradia.

A demanda por uma grande quantidade de construção de moradias está diretamente relacionada ao processo de urbanização da cidade e ao conseqüente crescimento populacional. Em muitos países, os processos de urbanização e industrialização são mistos. A produção de conjuntos habitacionais é uma das soluções disponibilizadas por governos brasileiros e europeus e empresários privados para atender às necessidades habitacionais. Historicamente, a Revolução Industrial é um processo que começou na Europa em meados do século 18, ou mais precisamente Bretanha, quando a população aumentou 50% durante 1750 Em 1801, e em 1901, chegará a mais de 40 milhões. Um fator determinante é a migração em grande escala da população rural, no setor industrial, possibilidade de melhorar as condições de vida através do trabalho pago, mudança da economia agrícola para a economia moeda privada que todos os membros da família podem trabalhar.

A população passa a abrigar moradias sem condições físicas e higiênicas adequadas, devido ao aumento de densidade, surgindo uma nova disposição de moradias, agrupadas e concentradas. Ocorreu uma mudança de unidades unifamiliares para as unidades multifamiliares, inclusive com edifícios em altura. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) fez com que essa situação chegasse ao limite, houve restrições aos créditos, insegurança financeira, escassez de materiais de construção e as preocupações e urgências passaram a estar relacionadas com as questões de sobrevivência da própria guerra. As discussões sobre as moradias foram temas de debates nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna – CIAMs, a partir de 1928. Estes foram criados com o intuito de reunir arquitetos preocupados com qualidade física-espacial das cidades em função da consolidação dos processos industriais, e como estes poderiam ocorrer em relação à construção de edificações. As edificações deveriam atender as necessidades da sociedade atual.

No campo da habitação brasileira, o governo autorizou as Caixas de Aposentadoria e Pensões a financiar casas, as Caixas foram criadas em 1923 para regulamentarem a previdência social. Existiam em 1930, 47 órgãos desse tipo e em 1933 foram criados os Institutos de Aposentadoria e Pensões, em âmbito nacional; muitos dos quais substituíram as Caixas de Aposentadoria e Pensões. Os Institutos eram divididos por categorias profissionais, a saber:

marítimos (IAPM), industriários (IAPI), bancários (IAPB), comerciários (IAPC), condutores de veículos e empregados de empresas de petróleo (IAPETEC) e estivadores (IAPE). A legislação que autorizou as Caixas a utilizarem parte de sua receita na construção de casas data de 1931, mas efetivamente teve que esperar aprovar os seus regulamentos em abril de 1932, as construções de casas só poderiam ser financiadas para os associados dos diversos Institutos.

Faz-se necessário examinar os elementos que caracterizam os grandes conjuntos brasileiros no que tange a sua reconhecida baixa qualidade ambiental e urbanística, procurando identificar de que forma e em que media estas condições são resultado da política habitacional sob a qual foram gestados, das decisões projetuais tomadas para sua implantação, assim como das condições sociais das populações aí residentes, dentre outros fatores analisados na sequência. Com isso em vista buscaremos agregar subsídios para atingir o objetivo dessa pesquisa, que é o de analisar e avaliar o alcance e as limitações da política de reabilitação urbana e ambiental dos grandes conjuntos habitacionais da COHAB-SP, em seu propósito de enfrentar a precariedade dos mesmos e as condições de exclusão social a que se encontram submetidos seus moradores.

Imagem 1 e 1.2: início da habitação social no país



Fonte: google imagens

## 2 Desenvolvimento da moradia

A cidade é produto de uma realidade em que se performam relações de dominação como aquelas entre classe, raça e gênero. As cidades contemporâneas, portanto, não poderiam ter outra configuração que não desigual, fragmentada e segregada. Trata-se de espaços em que os mais pobres, em sua maioria negros, são expulsos dos centros, para periferias carentes de infraestruturas e serviços. Enquanto isso, os mais ricos se auto-segregam protegidos por seus aparatos de segurança. São espaços em que os interesses econômicos se sobrepõem aos ambientais e aos sociais, em que áreas verdes são substituídas por grandes condomínios e córregos são tamponados e retificados, em que os espaços públicos são privatizados e seu acesso negado a frequentadores indesejados (os moradores de rua, os de periferia, os vendedores ambulantes), em que o modelo rodoviarista com base no veículo individual é o dominante, em que direitos, assim como aquele à habitação, são tratados como produto, e que, em razão de megaeventos, inúmeras famílias são despejadas. São espaços em que somente um modo de vida, um modo de se relacionar com a natureza, um modo de produção - o do conhecimento científico e fragmentado - são aceitos, homogeneizando a cidade e a vida de seus habitantes.

Estudo recente da Fundação João Pinheiro, contratada pelo Governo brasileiro, estimou o déficit habitacional do Brasil, em 1995, em 4 milhões de novas moradias urbanas e 1,6 milhão de novas moradias na área rural. Da necessidade de moradias urbanas, 55% referem-se a famílias com renda mensal de até dois salários mínimos, 29% a famílias com renda mensal de dois a cinco salários mínimos e 16% a famílias com renda superior a cinco salários mínimos. Na área rural, a concentração da necessidade de moradias na faixa de até dois salários mínimos cresce para 78%, enquanto na faixa de dois a cinco salários mínimos é de 16% e naquela acima de cinco salários mínimos é de apenas 6%.

O déficit habitacional brasileiro tem origem em alguns fatores, dos quais se destacam:

- a absorção de parcela reduzida da população pelos segmentos mais produtivos da economia e excessiva concentração de renda;
- o padrão de estrutura urbana marcado pela coexistência de áreas densamente povoadas e áreas subocupadas e pelo crescimento excessivo da mancha urbana, o que causa um acréscimo de pressão sobre a demanda por serviços e infra-estrutura urbana;
- o mercado fundiário, cuja regulamentação não tem condicionado a propriedade do solo à sua função social; - a condução, até passado recente, da política de habitação

social de forma centralizada no nível federal, restrita, quase que exclusivamente, à produção de conjuntos habitacionais;

- a crise fiscal do Estado brasileiro e a crise do Sistema Financeiro da Habitação, que reduziram, drasticamente, a capacidade de investimentos em habitação, saneamento e infra-estrutura urbana;

- a condução inadequada de uma política de crédito habitacional, marcada pela concessão indiscriminada de subsídios;

- a existência de padrões ineficientes de gestão dos programas habitacionais. A eliminação desse déficit habitacional exige investimentos estimados em R\$ 53,0 bilhões. O entendimento dos técnicos do Governo Federal é de que desafios dessa envergadura só podem ser enfrentados, com sucesso, mediante a soma de esforços de todos os setores governamentais e da própria sociedade.

O PMCMV foi uma das principais ações do governo frente à crise econômica internacional de 2008. Prevê a destinação de recursos públicos à iniciativa privada para que esta promova a construção de unidades habitacionais para famílias com renda de zero a R\$5.000. Com ele o Governo procurou impactar a economia através dos efeitos multiplicadores gerados pela indústria da construção, aumento da criação de empregos e de investimentos no setor da construção. O Programa reforça a ideologia da casa própria como objeto a ser alcançado. Em seu material de divulgação oficial observa-se no discurso que a casa própria é colocada como “sonho” a ser alcançado. Exalta-se ainda a esperança no desenvolvimento do país e a importância da geração de renda e empregos, oportunizados pelo programa, e uma imagem de “progresso” e articulam-se essas ideias à proposta de redução do déficit habitacional. Estas questões aparecem de forma clara no material publicitário do Programa, conforme descrito em alguns dos cartazes: “Minha Casa, Minha Vida 1 milhão de Casas: Crédito, emprego, benefícios e esperança para os brasileiros” ou em outro “Moradia para as famílias. Renda para os trabalhadores. Desenvolvimento para o Brasil.”

Figura 1: Material publicitário do Programa Minha Casa, Minha Vida.



Fonte: <http://www.cidades.gov.br> e <http://www.caixa.gov.br>.

### 3 Justificativa

As discussões sobre as moradias foram temas de debates nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, a partir de 1928. Estes foram criados com o intuito de reunir arquitetos preocupados com qualidade física-espacial das cidades em função da consolidação dos processos industriais, e como estes poderiam ocorrer em relação à construção de edificações, sendo as edificações deveriam atender as necessidades da sociedade atual. A escolha do tema foi para dar uma nova visão social e de moradia para as pessoas vulneráveis, em situação de rua. Sempre que andamos nas cidades, nas ruas, vemos pessoas desabrigadas, vivendo em cabanas, apenas com cobertores ou sem nada, e como já sabemos, moradia é um direito de todos. Com essa discussão, inicio o meu projeto, que é construir um conjunto habitacional para essas pessoas em situação de rua e para pessoas em vulnerabilidade social.

O crescimento urbano gera uma sobrecarga na necessidade de infraestrutura e equipamentos, afetando o funcionamento da cidade como um todo e comprometendo a qualidade de vida da população. O problema habitacional e as inadequadas condições de moradia da população de baixa renda também são problemas gerados pela acelerada urbanização. Assim, tornam necessários investimentos nas cidades, na tentativa de diminuir a problemática ocasionada pelo crescente aumento da urbanização. O artigo descreve o processo do desenvolvimento da habitação social no Brasil, apresentando os principais problemas decorrentes, desde o início da urbanização até os dias atuais e analisa as principais políticas públicas que foram executadas para minimizar os problemas, em especial o déficit da moradia popular.

De uma maneira geral, pode-se dizer que estas medidas visavam, ao menos na aparência, garantir melhores condições de habitação e de vida urbana aos trabalhadores, aspecto que a propaganda oficial sempre buscou enfatizar. Constituem, portanto, o contraponto, a nível urbano, do imenso arsenal de medidas tomadas por Vargas e seus seguidores objetivando regulamentar as relações entre o trabalho e o capital e defender as condições de trabalho dos assalariados urbanos, ações que criaram para o ditador a imagem de 'pai dos pobres'.

Considerando-se que as leis trabalhistas já foram exaustivamente analisadas nos seus múltiplos desdobramentos, o estudo da ação estatal sobre a habitação neste período — que ainda permanece pouco explorada — ganha grande relevância, pois trata-se do momento em que, ao nosso ver, a questão habitacional é assumida pelo Estado e pela sociedade como uma questão social, dando início a uma ainda incipiente política habitacional no país.

Todos sabemos que moradia é um direito de todos, mas ela realmente atende a todos? Nessa discussão que iremos aprofundar e debater sobre o que levam a ter habitações sociais no Brasil, e como podemos resolver essas questões sociais com políticas públicas mais eficazes.

Segundo o livro **Morar de Outras Maneiras**, são quatro as premissas teóricas que condizem uma habitação social:

- Moradia como necessidade social e história em transformação;
- História que gerou a atuais maneiras de produção e uso de moradia;
- Produção da moradia como parte da produção social;
- A lógica da capital não possibilita o provimento de moradias para todos membros dessa sociedade.

De acordo com Turner, o problema habitacional não consiste num déficit de unidade de moradia de determinado padrão, mas num “déficit de localizações adequadas, de acomodações de baixo aluguel, de terrenos, de equipamentos comunitário e de serviços públicos”.

A população socialmente mais vulnerável, a moradia não constitui primordialmente um abrigo e nem uma unidade de consumo e sim possibilidade de renda, garantia, segurança, acesso ao trabalho, escola, saúde, comércio. A moradia popular que é produzida autonomamente está muito mais próxima da moradia tradicional.

A produção autônoma de moradias ocorre em etapas lentas e menos econômicas com relação as técnicas e materiais consumidos e por outro lado se faz sem os custos da institucionalização e do lucro dos diversos agentes não públicos envolvidos.

Cada etapa obedece a determinações e oportunidades específicas e concretas, não genéricas e abstratas que envolvem materiais e aquisição em promoções, até troca de favores e solidariedade.

Seguindo essa base de Morar de Outras Maneiras, onde se retrata que a moradia tem uma necessidade social e histórica, venho com o meu tema de uma Moradia Social para juntar à uma discussão que sempre é debatida em nossa sociedade, porém poucas ações são feitas.

Imagem 3: habitação social



## 4 Quem o tema irá atingir?

Segundo a história da habitação social no país e como é feita e transformada, o meu tema irá atingir famílias de baixa renda e pessoas em situação de rua na região do barreiro que não têm aonde morar. Construir um lugar aonde essas pessoas possam ter um novo lar e se sentirem vistas e vivas novamente e fazendo com que exerçam um direito, que é o de moradia. O público-alvo é constituído, principalmente, de famílias de baixa renda. As condições de financiamento para os mutuários são estabelecidas pelo setor público local, concretizando, assim, um tratamento individualizado e flexível para as famílias, diferente daquele propiciado pelo sistema formal de crédito. A outra vertente de atuação é o atendimento direto à demanda pelos programas Carta de Crédito e Crédito Direto ao Consumidor. Nesses casos, as linhas de crédito permitem que as famílias, de forma individualizada ou em associação, façam a opção pela melhor solução para seus problemas de moradia: aquisição de lote, construção, melhoria, ampliação ou aquisição da casa própria.

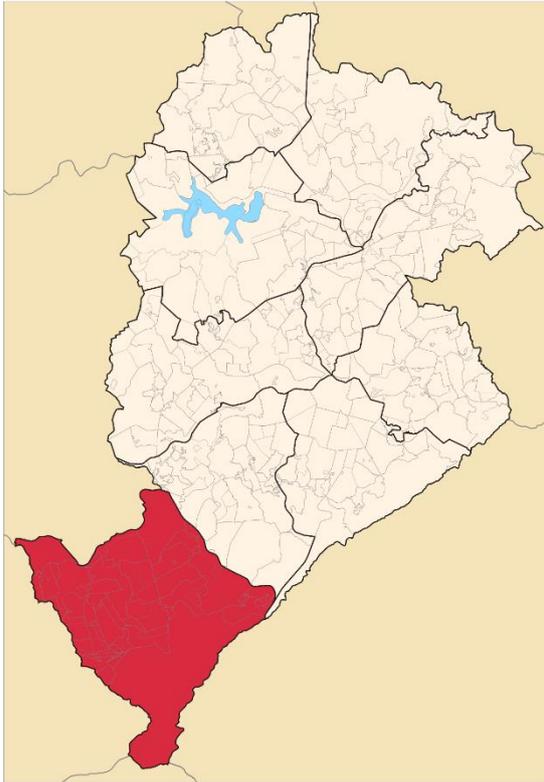
Seguindo esse perfil de moradores para a habitação social, temos o projeto Verde e Amarela, desenvolvido pela caixa econômica federal. O Programa Casa Verde e Amarela, do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), vai facilitar o acesso da população a uma moradia digna, garantindo mais qualidade de vida. A partir de medidas que darão mais eficiência à aplicação dos recursos, a meta é atender 1,6 milhão de famílias de baixa renda com o financiamento habitacional até 2024, um incremento de 350 mil. Isso será possível com a redução na taxa de juros para a menor da história do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e mudanças na remuneração do agente financeiro.

Imagem 4: público alvo



### 3 Onde

Para ser feito esse projeto, um lugar de estudo e que merece um olhar mais significativo seria na região do barreiro. Lá se tem um grande déficit habitacional de pessoas carentes que moram em locais de risco ou que residem nas ruas e não possuem um olhar social para ter uma moradia fixa.



### 4 Qual discussão provoca

Essa discussão começa lá no início com a origem da habitação social no Brasil.

Tudo começa na era Vargas (1930-1954) quando o Estado brasileiro passa a intervir tanto no processo de produção como no mercado de aluguel, abandonando a postura de deixar a questão da construção, comercialização, financiamento e locação habitacional às 'livres forças do mercado', que vigorou até então. Esta nova postura do Estado brasileiro na questão da habitação é parte integrante da estratégia muito mais ampla, colocada em

prática pelo governo Vargas, de impulsionar a formação e fortalecimento de uma sociedade de cunho urbano-industrial, capitalista, mediante uma forte intervenção estatal em todos os âmbitos da atividade econômica.

De uma maneira geral, pode-se dizer que estas medidas visavam, ao menos na aparência, garantir melhores condições de habitação e de vida urbana aos trabalhadores, aspecto que a propaganda oficial sempre buscou enfatizar. Constituem, portanto, o contraponto, a nível urbano, do imenso arsenal de medidas tomadas por Vargas e seus seguidores objetivando regulamentar as relações entre o trabalho e o capital e defender as condições de trabalho dos assalariados urbanos, ações que criaram para o ditador a imagem de 'pai dos pobres'.

Considerando-se que as leis trabalhistas já foram exaustivamente analisadas nos seus múltiplos desdobramentos, o estudo da ação estatal sobre a habitação neste período — que ainda permanece pouco explorada — ganha grande relevância, pois trata-se do momento em que, ao nosso ver, a questão habitacional é assumida pelo Estado e pela sociedade como uma questão social, dando início a uma ainda incipiente política habitacional no país.

Todos sabemos que moradia é um direito de todos, mas ela realmente atende a todos? Nessa discussão que iremos aprofundar e debater sobre o que levam a ter habitações sociais no Brasil, e como podemos resolver essas questões sociais com políticas públicas mais eficazes.

Segundo o livro **Morar de Outras Maneiras**, são quatro as premissas teóricas que condizem uma habitação social:

Moradia como necessidade social e história em transformação;

História que gerou as atuais maneiras de produção e uso de moradia;

Produção da moradia como parte da produção social;

A lógica da capital não possibilita o provimento de moradias para todos membros dessa sociedade.

## 5 Quem o tema irá atingir?

Segundo a história da habitação social no país e como é feita e transformada, o meu tema irá atingir famílias de baixa renda e pessoas em situação de rua na região do barreiro que não têm aonde morar. Construir um lugar aonde essas pessoas possam ter um novo lar e se sentirem vistas e vivas novamente e fazendo com que exerçam um direito, que é o de moradia. Seguindo esse perfil de moradores para a habitação social, temos o projeto Verde e Amarela, desenvolvido pela caixa econômica federal. O Programa Casa Verde e

Amarela, do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), vai facilitar o acesso da população a uma moradia digna, garantindo mais qualidade de vida. A partir de medidas que darão mais eficiência à aplicação dos recursos, a meta é atender 1,6 milhão de famílias de baixa renda com o financiamento habitacional até 2024, um incremento de 350 mil. Isso será possível com a redução na taxa de juros para a menor da história do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e mudanças na remuneração do agente financeiro.

Grupo PRAXIS:

Grupo responsável pela realização de estudos socioeconômicos , urbanísticos e sociais.

E como eles podem ajudar no processo da habitação social?

Na área socioeconômica, o grupo ajudaria as pessoa em situação de rua e carentes com projetos sociais que fossem necessários em comunidades, como por exemplo partes legislativas para a moradia, mutirão de construções de moradias e afins.

## 6 Terreno



O terreno a ser trabalho fica localizado no bairro Diamante, no barreiro e é todo esse contornado em vermelho. Porém a parte que será construída o conjunto será apenas nessa área em verde, pois o restante é área de preservação ambiental.

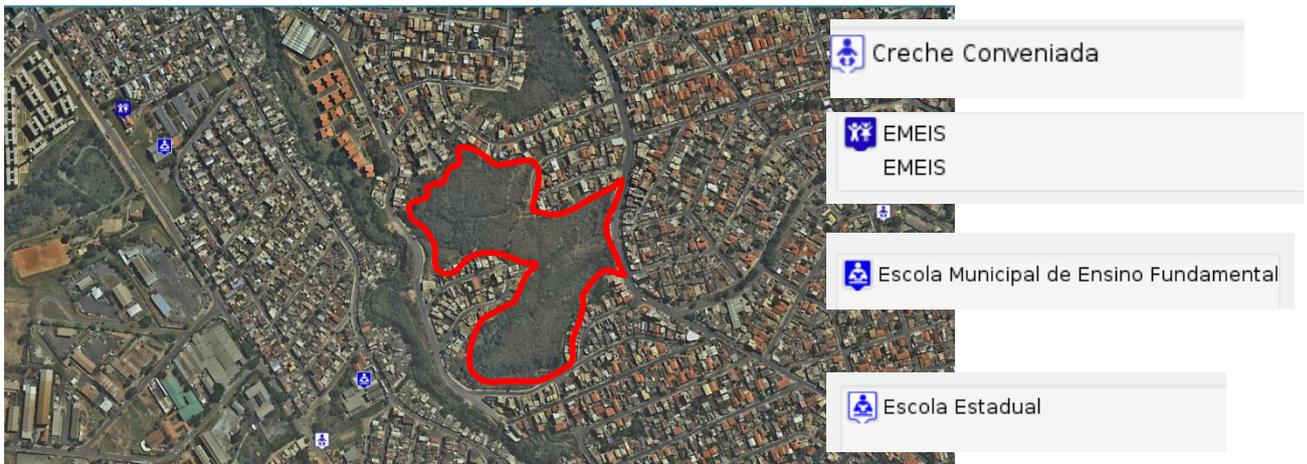


## 6.1 Mapas

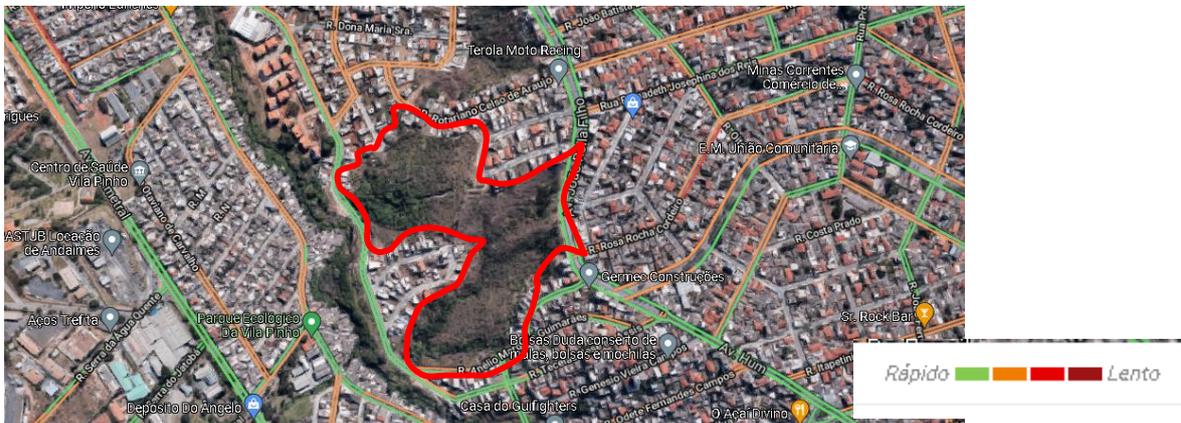
População do bairro



## Creche, EMEIS, Escola Particular, Escola Municipal e Escola Estadual



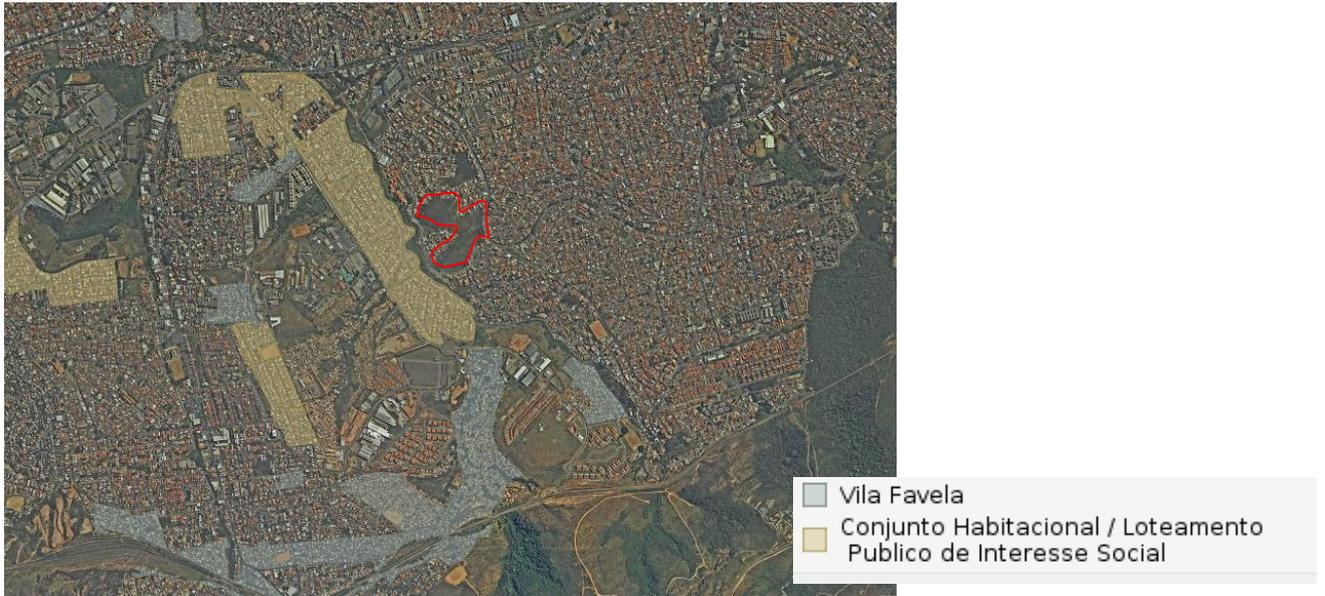
## Trânsito



## Conjuntos Habitacionais



## Vilas e Favelas



## Iluminação Pública



## Rede Elétrica



## Rede de Água



	SIM
	NAO

## AEIS



	AEIS - Lei 7166-96
---	--------------------

## Zoneamento

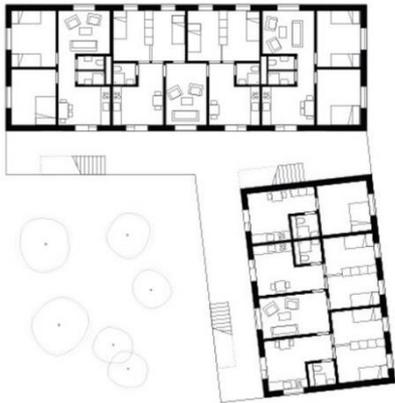


	ZA - Zona Adensada
	ZAP - Zona de Adensamento Preferencial
	ZAR1 - Zona de Adensamento Restrito 1
	ZAR2 - Zona de Adensamento Restrito 2
	ZCBA - Zona Central do Barreiro
	ZCBH - Zona Central de Belo Horizonte
	ZHIP - Zona Hipercentral
	ZCVN - Zona Central de Venda Nova
	ZE - Zona de Grandes Equipamentos
	ZEIS1 - Zona de Especial Interesse Social 1
	ZEIS3 - Zona de Especial Interesse Social 3
	ZP1 - Zona de Protecao 1
	ZP2 - Zona de Protecao 2
	ZP3 - Zona de Protecao 3
	ZPAM - Zona de Preservacao Ambiental
	IZ - Ausencia de Informacao

## 7 Obras Análogas

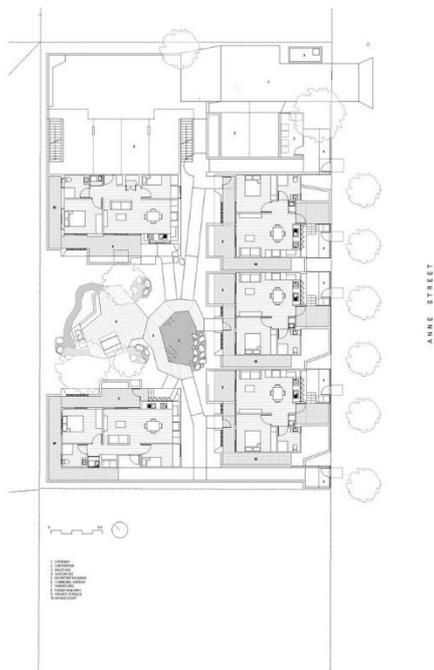
APARTAMENTOS

•BUBIKON, SUÍÇA



# HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

## Espanha



## 8 Projeto



Aqui temos uma rápida setorização de como ficaria a disposição dos meus prédios no meu conjunto habitacional. Foram feitos 4 unidades, com quatro tipologias diferentes misturadas entre eles, tal qual o edifício JK, localizado aqui em Belo Horizonte. Com insolação e ventos vindo de Leste, o meu conjunto terá varias visadas e bom conforto térmico, já que essa área do lote se localiza em um topo de morro. Como as análises feitas ao longo do artigo informam que possuem conjuntos habitacionais ali perto, o diferencial para o meu é que serão moradias que possam se expandir, são espaços de apartamentos flexíveis, que você pode mudar posições das paredes como um lego, para dinamizar mais o ambiente, mas sempre mantendo a metragem, mas com organizações diferentes, para ser uma moradia mais moderna, mais ampla, e que, o morador que habitar, possa ter opções de escolha como desejar da sua casa, para ser mais acessível e adaptado a cada necessidade de pessoas.

Serão dispostos unidade com um, dois, três e quatro quartos, espaços para animais, áreas de lazer e mais.

## 9 Conclusão

A questão da moradia no Brasil sempre esteve atrelada à dependência de políticas públicas, as quais negligenciaram ao atendimento da totalidade de problemáticas que envolvem o déficit habitacional e à infraestrutura, em termos de viabilização de aspectos sociais e econômicos da sociedade carente. Hoje, o Estatuto da Cidade apresenta normas a respeito do cumprimento das carências habitacionais, mas se visualizam Planos Diretores e práticas que não contemplam as necessidades mínimas da moradia como os aspectos do saneamento básico, da acessibilidade e mobilidade, da adaptabilidade sociocultural e ambiental, entre outros. Para que o problema habitacional brasileiro seja amenizado, juntamente com os instrumentos existentes, é necessário fazer um balanço dos prós e contras de modelos anteriormente implantados e, também analisar bons exemplos implementados em outros países. Os IAPS podem ser considerados bons exemplos, pois foram incorporados com ideais modernistas, onde estavam presentes nos conjuntos habitacionais, além das residências, espaços comunitários, de lazer e serviços. Ainda, esses conjuntos se destacam pela sua implantação em áreas consolidadas e não na periferia urbana.

Quando o BNH iniciou suas atividades no setor habitacional, o problema da moradia já estava bastante agravado no país e, assim, as principais críticas à sua atuação são de conjuntos habitacionais construídos sem qualidade urbanística e/ou arquitetônica, apenas para resolver o problema habitacional em números e não em eficiência e qualidade. Essas críticas são bastante semelhantes às do programa Minha Casa, Minha Vida, que tem como slogan “construir dois milhões de moradias”, sem dar muita ênfase nas reais necessidades dos moradores. Nesse sentido, a experiência empírica demonstra que a moradia popular não poderia ser realizada sem a devida adequação dos moradores ao espaço de vida. Desse modo surgem os problemas de acesso e mobilidade ao trabalho e da racionalidade imposta às relações sociais e de produção da própria vida. No contexto, a racionalidade imposta desses planos de habitação contribui ao processo de segregação socioespacial pela moradia, favorecendo os agentes imobiliários mais abastados. Desse fato resulta a luta pela moradia dado aos movimentos sociais, sendo na maioria das vezes ligados a áreas desprovidas de mínimas condições de vida para essas populações. A problemática para resolver a situação gira em torno de mudanças radicais relacionadas ao modo de produção capitalista que desencadeia relações sócias espaciais desiguais e contraditórias na sociedade. Portanto, longe de resolução dos problemas da moradia relacionam-se a eles outros, os quais dizem respeito a emprego e renda, educação de qualidade, lazer, entre outros.

Também, a importância da participação do usuário no processo de definição da moradia pode ser lembrada, o que, mesmo em termos insuficientes, ocorreu nos exemplos aqui enfocados. Atualmente, em que grau esta participação vem realmente ocorrendo? Será que não é importante que o usuário seja consultado minimamente sobre como pensa a sua moradia? E, se concordarmos com esta participação, como organiza-la e concretizá-la de maneira mais efetivos nos dias atuais?

## **10 Bibliografia**

ARGAN, Giulio Carlo. História da arte como história da cidade. Trad. do italiano por Píer L. Cabra. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BENEVOLO, Leonardo. História da arquitetura moderna. Trad. do italiano por Ana M. Goldberger. São Paulo: Perspectiva, 1976.

BONDUKI, Nabil. Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP, 1998.

ROLNIK, R. "Nosso déficit não é de casa, é de cidade". 2012. São Paulo: Brasil de Fato. Entrevista concedida. disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/10961>

SOUZA, M. L. Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. VILLACA, F. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. Estudos avançados, São Paulo, v. 25, n. 7